



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL Ata da 181ª reunião, realizada em 12 de junho de 2019

1 Em 12 de junho de 2019, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho
2 Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte.
4 Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente suplente
5 Anderson Silva de Aguiar, representante da SEMAD. Representantes do poder
6 público: Alcione Silva, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Felipe Magno
7 Parreiras de Sousa, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag);
8 Joice Rodrigues da Cunha, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Pedro
9 Calixto Alves de Lima, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas
10 (Setop); Túlio Almeida Lopes, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Elisa
11 Vieira Marques Brigagão Dias, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Tales
12 Heliodoro Viana, do Conselho Regional de Biologia - 4ª Região (CRBio); Adenilson
13 Brito Ferreira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Andressa de Oliveira
14 Lanchotti, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Noraldino Lúcio Dias
15 Júnior, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da
16 Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Polyana Faria Pereira, do
17 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
18 (Ibama); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios
19 (AMM). Representantes da sociedade civil: Cleinis de Faria e Silva, da Associação
20 Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas); Carlos Alberto Santos
21 Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
22 (Faemg); Diogo Dias Gonçalves, da Federação das Indústrias do Estado de Minas
23 Gerais (Fiemg); Thiago Rodrigues Cavalcanti, do Conselho da Micro e Pequena
24 Empresa da Fiemg; Leandro Soares Moreira, da Federação dos Trabalhadores na
25 Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); João Carlos de Melo, do
26 Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara
27 do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Rogério Pena Siqueira, da
28 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Paulo José de
29 Oliveira, da Associação Pro Pousos Alegres (APPA); Ronaldo Vasconcellos Novais,
30 da Organização Ponto Terra; Eliane Silva Ferreira Almeida, da Universidade
31 Fumec; Alírio Ferreira Mendes Júnior, do Conselho Regional de Engenharia e
32 Agronomia (Crea); Adalberto Carvalho de Rezende, da Sociedade Mineira de
33 Engenheiros (SME). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.**
34 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente suplente
35 Anderson Silva de Aguiar declarou aberta a 181ª reunião do Plenário do Conselho
36 Estadual de Política Ambiental. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E**
37 **ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Comunicar que esta

38 diretoria da Abes foi reeleita para mais um mandato de dois anos, na semana
39 passada. Comunicar o Congresso Nacional de Engenharia Sanitária da Abes, que
40 acontecerá entre os dias 17 e 19, na próxima semana, em Natal. Convidar a todos
41 nem que seja para acompanhar à distância. As inscrições estão encerradas no
42 site, mas, pessoalmente, em Natal, é possível ainda se fazer inscrições. É o maior
43 congresso de engenharia sanitária da América, atrai cerca de 5.000 técnicos e
44 profissionais da área de saneamento e da academia, como uma produção
45 científica muito grande. E dizer que Belo Horizonte será a sede desse congresso
46 em 2023, inclusive com apoio do governo do Estado, através da Secretaria de
47 Meio Ambiente. O Germano nos apoiou nessa candidatura, e nós vamos efetivá-la
48 neste congresso, é lá que se resolve onde será o congresso de quatro anos à
49 frente. E só tem uma candidatura, a de Belo Horizonte, colocada. Portanto, em
50 2023, temos que preparar Belo Horizonte para receber esse importante evento. E
51 eu queria a colaboração de todos no momento.” Conselheiro Tales Heliodoro
52 Viana: “Eu vou reprisar aqui o que disse, na última reunião do Conselho Estadual
53 de Recursos Hídricos, da minha enorme preocupação com o abastecimento da
54 região metropolitana de Belo Horizonte. Eu tive oportunidade de pegar os meus
55 guardados, já que não estou mais na Copasa, e fazer algumas continhas muito
56 interessantes. A Copasa trabalha hoje com uma expectativa de ter na manga 22
57 m³/s para abastecimento da região metropolitana de Belo Horizonte, e isso já não
58 é mais uma verdade. Até três anos e meio atrás, eu era superintendente de Meio
59 Ambiente e Recursos Hídricos da Copasa, e nós já tínhamos essa preocupação
60 muito grande. Mas nesses três anos em que estou fora e mesmo antes eu não vi
61 qualquer preocupação em se achar uma alternativa para o abastecimento da
62 região metropolitana, principalmente de Belo Horizonte, que não tem um
63 abastecimento de água próprio. Tem um pouquinho de água no Cercadinho, meia
64 dúzia de poços, e um pouquinho de água no Barreiro. O resto vem tudo de fora do
65 município, vem da grande região metropolitana. E eu levantei e pedi à Copasa, na
66 última reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, o plano B. Nós não
67 temos plano B, não temos C, não temos D, não temos nada. E não temos mais os
68 valores que nos levaram a ficar muito tranquilos há uns dez anos. A obra que foi
69 feita no Paraopeba hoje se mostra que alguns técnicos tinham razão: aquilo é um
70 arremedo de obra de saneamento, uma coisa para pegar, em casos de muita
71 água, justamente quando você não precisa de água, em época de chuva, e você
72 precisa de água limpa. E aquela obra que foi feita no Paraopeba está literalmente
73 natimorta, porque, com o desastre da barragem do Córrego do Feijão, as
74 condições do rio estão ruins, bem ruins e devem ficar assim por um bom período.
75 Então a minha grande preocupação eu trago a este Conselho Estadual: onde a
76 Copasa vai buscar, se houver algum problema no rio das Velhas. A outorga do rio
77 das Velhas – eu trabalhei nessa outorga – é de 8,7 ou 8,6, alguma coisa assim,
78 mas a Copasa nunca captou nem 7, mal, mal, 7 e pouquinho, porque não tem
79 mais essa água no rio das Velhas. A ocupação antrópica a montante, cada vez
80 mais preocupante. Há um grande empreendimento sendo feito nas costas do

81 maciço da serra da Moeda. A CSul, todo mundo sabe. O problema do gasto da
82 água ali é um problema, fora drenagem urbana, esgoto, lixo, essas coisas todas.
83 Muito nos preocupa como Conselho de Biologia e a mim, particularmente, por ter
84 estado dentro da Copasa durante 34 anos, ter feito uma carreira lá dentro. Então
85 eu não estou dando palpite, não estou brincando de ecoterrorista, de nada disso.
86 Estou dando um posicionamento profissional meu sobre essa situação.
87 Sinceramente, eu não tenho uma resposta para isso e não vejo movimentação dos
88 meus colegas da engenharia em resolver esse problema. Eu levantei isso no
89 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, 'cachorro latiu, a caravana passou'. E
90 levanto aqui de novo onde está a nossa preocupação com isso, aonde vamos
91 chegar. Essa barragem de antiga mineração de ouro no rio das Velhas é um
92 problema. Estão trabalhando agora, até que enfim, para evitar um colapso. Agora,
93 e o resto? 'Ah, nós vamos fazer uma barragem aqui a montante do Córrego do
94 Feijão, no Paraopeba'. Temos defluxo superficial suficiente para isso, para encher
95 uma barragem ali? Barragem resolve dessa forma? Nós vamos continuar tratando
96 o rio Arrudas e tratando esgoto da forma como nós tratamos, meia pedra, meio
97 tijolo? Porque nós tiramos carbono hoje da água. Tiramos mais nada, fósforo, vai
98 tudo embora. Nós temos um passivo no rio das Velhas de 121 anos jogando
99 absolutamente tudo ali dentro. Então a minha preocupação. Eu já tenho meus 65
100 anos, estou aposentado, não estou mais trabalhando com saneamento, mas
101 continuo aqui representando uma preocupação da sociedade. Para onde vamos?
102 Se é que estamos querendo ir para algum lugar. Esta cidade está andando no fio
103 da navalha há pelo menos 20 anos. Porque uma obra de saneamento de vulto que
104 venha resolver esse problema é uma obra de dez anos, cinco projetando, e cinco
105 construindo, no mínimo. E as obras saneamento, via de regra, têm uma
106 dificuldade enorme de serem licenciadas. Então nós precisamos parar e pensar
107 nessa situação. É uma responsabilidade deste Conselho como gestor das águas
108 no Estado de Minas Gerais." Presidente Anderson Silva de Aguilár: "Além de
109 registrar na ata, colocar a solicitação de uma apresentação, pela Copasa, sobre a
110 condição de abastecimento da região metropolitana de Belo Horizonte."
111 Conselheiro Adalberto Carvalho de Rezende: "Eu gostaria apenas de fazer um
112 registro. O engenheiro Rodrigo Otávio Coutinho, ex-presidente da Sociedade
113 Mineira de Engenheiros, faleceu ontem. O sepultamento está sendo hoje à tarde,
114 às 15h30. Um engenheiro que presidiu a Sociedade Mineira de Engenheiros, à
115 qual estou representando aqui. Apenas esse registro. É um fato triste, mas que
116 deve ser de conhecimento de todos." Presidente Anderson Silva de Aguilár: "Eu
117 faça o registro de pesar pelo falecimento." Conselheira Andressa de Oliveira
118 Lanchotti: "Eu vou falar a propósito dessas colocações do Sr. Tales sobre a
119 questão do abastecimento hídrico. Meu nome é Andressa, sou promotora de
120 Justiça, coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente do
121 Ministério Público de Minas Gerais e das forças-tarefas dos casos Samarco e
122 Brumadinho. Então eu estou acompanhando detidamente a questão da segurança
123 hídrica da região metropolitana de Belo Horizonte. Com o rompimento da

124 barragem da Vale, em Brumadinho, no dia 25 de janeiro, houve a interrupção da
125 captação do Sistema Paraopeba. Como os senhores sabem, a região
126 metropolitana de Belo Horizonte é abastecida por dois sistemas: Paraopeba e Rio
127 das Velhas. Com isso, começou-se a utilizar a reserva da captação
128 sobrecarregando essa reserva. Então a Copasa apresentou, no âmbito judicial e
129 ao Ministério Público, uma comunicação que foi feita ao Comitê Pró Brumadinho,
130 que congloba os órgãos de Estado. Nesse ofício da Copasa, ela informa que só
131 tem reserva para 22 meses. Então, caso não sejam tomadas medidas
132 emergenciais, de fato, Belo Horizonte vai ficar sem água a partir do próximo ano e
133 necessitar de um racionamento. Na ação civil pública que tramita na 6ª Vara de
134 Fazenda Pública de Belo Horizonte, movida pelo Estado de Minas Gerais em face
135 da Vale, no âmbito cível, pelo rompimento, essa questão já vem sendo discutida
136 nas últimas audiências, inclusive com a presença da Copasa nas audiências. Eu
137 já realizei algumas reuniões com a Copasa sobre a questão da crise hídrica e das
138 medidas emergenciais necessárias. Têm reuniões semanais entre Copasa e Vale,
139 e agora uma auditoria, há duas semanas, a meu pedido, auditoria do Ministério
140 Público, independente, que trabalha acompanhando as ações socioambientais de
141 reparação de Brumadinho, passou a participar dessas reuniões da Copasa. Qual é
142 a situação? Nós conseguimos um acordo parcial, na audiência da 6ª Vara, pelo
143 qual a Vale se comprometeu a construir uma nova captação, 12 km a montante do
144 ponto do rompimento. Essa obra a Copasa diz que deveria estar pronta até março
145 do ano que vem, para não termos racionamento. A Vale informa que não tem
146 condições de fazer a obra até março e pediu um prazo até setembro do ano que
147 vem. Na última audiência, eu até requeri um cronograma P-80 de análise de risco
148 para saber se não é possível encurtar esse prazo. A Vale não tem condições de
149 entregar, e o juiz aceitou que ela entregasse em julho esse cronograma. Só que,
150 além dessa questão da captação do Paraopeba, do aumento da resiliência do
151 Paraopeba, tem um problema muito sério em relação ao rio das Velhas. Na
152 correspondência da Copasa ao Comitê Pró Brumadinho, ela informou que o
153 rompimento de qualquer barragem na Bacia do Velhas faria com que Belo
154 Horizonte e região metropolitana ficassem sem água pelo período que durar o
155 comprometimento. Então nós temos hoje algumas barragens em situação de nível
156 3 de emergência ou nível 2 na Bacia do Velhas. Eu posso citar a B3. Hoje nós
157 temos no Estado quatro barragens em nível 3 de emergência, que significa em
158 rompimento ou na iminência de rompimento, de acordo com a Portaria DNPM
159 70.389. São as barragens Sul Superior, da Mina de Gongo Soco, em Barão de
160 Cocais; B3 e B4, da Mina Mar Azul, em Nova Lima; Forquilhas I e III, do Complexo
161 Mina de Fábrica, em Ouro Preto. Forquilhas I e III estão na Bacia do Velhas, B3 e
162 B4 estão na Bacia do Velhas também. Então se qualquer dessas barragens se
163 romper – sem falar de Maravilhas II, que está em nível 2, entre outras barragens
164 aí –, ficaremos sem água, teremos que fazer uma evacuação em massa talvez.
165 Porque, de acordo com a Copasa, não tem plano B. Então nós estamos
166 trabalhando no plano B, formulando opções para buscar um possível acordo com

167 a Vale, que é a grande responsável pelo agravamento da crise. Se não tivesse
168 sido interrompida a captação do Paraopeba, nós não estaríamos em uma situação
169 de crise tão grave como esta. É claro que houve um planejamento inadequado.
170 Não ter reservação na Bacia do Velhas, no meu entendimento – eu também fiz
171 mestrado em engenharia ambiental, na área de saneamento –, não sou
172 especialista, mas acho que é óbvio que se precisa ter um planejamento para ter
173 uma reservação. Tem hoje uma opção que seria o reservatório da UHE Rio de
174 Pedras, da Cemig. Já estava tendo uma conversa entre Copasa e Cemig para se
175 poder usar esse reservatório. Só que eu pedi para a auditoria fazer uma análise, e
176 essa obra é de longo prazo, de cinco anos para desassorear esse reservatório.
177 Então nós não trabalhamos com a perspectiva de ter uma reservação para o rio
178 das Velhas. É necessário pensar em uma nova captação a montante desses
179 pontos de possível rompimento, temos que pensar em trabalhar a resiliência do
180 sistema como um todo. É isso que nós estamos propondo à Vale, que custeie
181 esses estudos, essas obras. E caso não tenhamos êxito em uma solução
182 autocompositiva o Ministério Público vai acionar judicialmente a Vale para cobrar
183 essas soluções. Nós estamos acompanhando detidamente isso. Não sei se isso
184 chega a tranquilizá-los, mas dizer que estamos trabalhando nisso, porque a
185 situação realmente é gravíssima.” Conselheiro Tales Heliodoro Viana: “Na
186 verdade, nós estamos trabalhando em fatos que não são totalmente corretos. A
187 Bacia do Rio Paraopeba nunca dependeu e nunca teve mais de 48 meses de
188 água para abastecer Belo Horizonte. Eu vou dizer por que. Sistema Várzea das
189 Flores, 1.200 litros por segundo, não oferece hoje nem 800, porque Betim e
190 Contagem nunca entram em uma solução, e a capacidade do lago despencando.
191 Rio Manso, 2000 a 1.500 litros por segundo. É o que tem lá. Botaram captação do
192 Paraopeba para tirar me parece que em torno de 800 a 1.000 litros por segundo
193 jogando na ETA, para tratar para sobrar um pouquinho para o lago. Serra Azul já
194 chegou a dar 1.200 e dá hoje em torno de 1.000 litros por segundo, quando dá
195 isso tudo. Por quê? Estamos cercados de mineradoras em volta. O rio Manso
196 perdeu o braço do rio Grande, que está na sua margem esquerda, por causa da
197 mineradora da Usiminas. E por aí vai. Eu conheço profundamente porque, além de
198 ter trabalhado na Copasa 34 anos, eu só trabalhei na área de recursos hídricos da
199 Copasa. Eu tenho todos os dados disso comigo. Quando eles dizem que vão levar
200 a captação acima, não adianta, não tem deflúvio superficial suficiente, não tem
201 chuva que abasteça isso. É fazer como essa captação que fizemos agora lá no rio
202 Manso; ela joga na ETA, mas esqueceram de avisar para o rio que ele tem que ter
203 água. Belo Horizonte não tem água, a região metropolitana é topo de morro, não
204 tem água. Então não podemos pensar para cima, nós temos que pensar para
205 baixo. Alguns estudos que foram feitos na área de Meio Ambiente da Copasa, há
206 muitos anos, na margem direita do rio das Velhas têm duas possibilidades de
207 represamento que não dão 2.000 litros por segundo. E você pode colocar 100 mil
208 litros na região Oeste de Belo Horizonte e não consegue jogar para o lado de cá,
209 porque o nosso sistema é integrado, em tese. Daqui vai uma parte para lá, mas de

210 lá não vem para cá, porque eles sabiam que não tinha água suficiente na Bacia do
211 Paraopeba. No rio Pará é impossível de se captar, porque ele também funciona
212 como Paraopeba, são rios com características hidrológicas muito semelhantes.
213 Então para cima não adianta andar, não tem mais, nós vamos ter que andar para
214 baixo do rio, de onde estamos hoje. Nós vamos ter que criar vergonha na cara,
215 tratar o rio das Velhas direito e pegar essa água e reaproveitar. É a única saída
216 tecnicamente viável. É cara, mas é a única que eu vejo. Então a senhora está
217 certíssima, mas a Vale não é a última culpada. A última vez que a Copasa sentou
218 e fez um planejamento estratégico de funcionamento da região metropolitana sério
219 foi na década de 80, no finalzinho do Planasa. Nunca mais. E eu acompanhei
220 durante esses anos todos lá dentro, nunca mais se fez um planejamento
221 estratégico de abastecimento. Fez planejamento estratégico de funcionamento, de
222 organograma, de não sei o que lá, de entrar na Bolsa. Mas, de abastecer a região
223 metropolitana, não. Eu não defendo a Vale, não defendo nenhuma mineradora,
224 nada disso, mas digo o seguinte: é muito fácil hoje 'a culpa é da Vale'. Não é.
225 Estragou tudo, fez uma lambança só, estragou o nosso rio, os nossos grandes
226 rios, mas falar que o abastecimento de Belo Horizonte hoje está correndo risco por
227 causa da Vale não tem nada a ver, é culpar o queijo pela ação do rato. Fizeram
228 errado, sim, atrapalharam um serviço que ia dar um folegozinho, mas não foram
229 eles que acabaram, foi falta de planejamento, falta de consciência profissional e
230 de competência profissional.” Conselheira Andressa de Oliveira Lanchotti: “Só
231 para dizer que eu concordo com o Tales de que houve falta de planejamento, mas
232 não há como negar que a Vale causou a interrupção da captação do Paraopeba.
233 Nós temos dois sistemas, e um está sem poder captar. Então ela é, sim, culpada
234 pelo agravamento da crise, que também decorre de uma ausência de
235 planejamento adequado. Eu acho que convergimos nesse entendimento.”
236 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Depois dessas assustadoras notícias,
237 pedir a Deus que ilumine a cabeça de todo mundo que está cuidando desse
238 assunto. De qualquer maneira, a Federação da Agricultura realizou ontem o 6º
239 Seminário Ambiental, em que constou a temática mudanças climáticas e os
240 desafios da produção de energia no meio rural. Tivemos presenças de 170
241 pessoas nos períodos da manhã e da tarde. Muito bom evento. E eu fico
242 orgulhoso de ter ajudado a participar e a formatar o evento.” Conselheiro
243 Noraldino Lúcio Dias Júnior: “Eu queria fazer duas ponderações e sugerir um
244 requerimento deste Conselho a dois órgãos estaduais. A partir de agora, de quatro
245 em quatro meses, estarão presentes os secretários das devidas pastas para que
246 sejam sabatinados na Assembleia Legislativa em relação às políticas públicas e à
247 intenção de cada pasta em relação ao governo do Estado. Ontem, nós tivemos a
248 presença do secretário de Estado de Fazenda, e uma das ponderações que foram
249 colocadas foi referente ao nosso modelo de processo de auto de infração. Todos
250 nós sabemos aqui, nós conseguimos manter um veto e cancelar a aprovação do
251 projeto de prescrição intercorrente que estava tramitando na Assembleia
252 Legislativa. Mas o problema continua. Nós tivemos duas visitas ao setor, e uma

253 das necessidades elencadas pelo setor é o desenvolvimento da tecnologia de um
254 sistema para que o setor pudesse agilizar o processamento dos autos de infração.
255 Acontece que, ontem, na fala com o secretário, a sugestão era para que a
256 Prodemge pudesse desenvolver esse sistema, e o secretário colocou que teriam
257 outros desenvolvimentos na fila da Prodemge. Mas eu coloquei da necessidade de
258 colocar o desenvolvimento desse sistema à frente das outras na fila, porque se
259 trata de processos de auto infração que têm sete anos parados, oito anos.
260 Inicialmente, o desenvolvimento ficaria na faixa de R\$ 900 mil, segundo os
261 técnicos da área. Então eu queria sugerir para que o Conselho pudesse fazer
262 esse requerimento à Secretaria de Fazenda, para que possa aportar recurso à
263 Secretaria de Planejamento, e que a Secretaria de Planejamento possa dar
264 prioridade ao desenvolvimento desse sistema, uma vez que nós temos quase R\$
265 2 bilhões em processos que estão sendo analisados e que estão parados. Então
266 eu queria sugerir esse requerimento. O secretário saiu de lá com o compromisso
267 de interagir com o secretário de Planejamento para trabalhar para que esse
268 sistema seja implementado. O segundo ponto é um ponto também importante que
269 foi colocado na Secretaria, e eu trago esse ponto para o COPAM, também
270 sugerindo aqui um requerimento: trata-se da taxa de recursos minerários. Ontem,
271 nessa reunião, eu tive a oportunidade de conversar com o secretário e perguntar
272 se ele tinha ciência da utilização ilegal do recurso proveniente da taxa recursos
273 minerários. E para minha surpresa o secretário respondeu que tinha ciência da
274 utilização indevida do recurso. Eu perguntei qual era a proposta da Secretaria
275 para voltar com a taxa de recursos minerários, de acordo com a legislação
276 vigente, para que a Secretaria possa ter mais eficiência e eficácia no seu poder de
277 polícia e tive uma resposta de que o secretário que não podia prever uma data
278 para que a lei pudesse ser cumprida. Nós sabemos que a lei não podemos
279 discutir, ela tem que ser cumprida. Então nós estamos avaliando qual é a ação
280 cabível para que possamos fazer com que a lei seja cumprida, e a Secretaria de
281 Meio Ambiente tenha recurso até para contrapor todas as informações passadas
282 pelos empreendedores. Nós estivemos na Holanda, uma oportunidade de estar lá
283 com a Dra. Andressa, e lá existe uma comissão independente, a comissão que
284 avalia os processos de licenciamento ambiental que tramitam no país. É uma
285 comissão composta de técnicos de todas as áreas, do que a nossa Secretaria de
286 Meio Ambiente não dispõe. E, se nós tivermos recursos para que a Secretaria
287 tenha a sua disposição técnicos responsáveis e qualificados em todas as áreas, a
288 Secretaria pode exercer o seu papel de polícia de forma muito mais eficaz. Então
289 a segunda sugestão é esse requerimento para que seja cumprida, e a taxa de
290 recursos minerários possa ser revertida para o Sisema, para que possa fortalecer
291 o poder de polícia da Secretaria de Estado de Meio Ambiente.” Presidente
292 Anderson Silva de Aguiar: “Só lembrando que o Regimento prevê para esses
293 casos a moção, que é votada entre os membros deste Conselho. Eu vou pedir à
294 equipe da assessoria que elabore as duas moções, porque são assuntos distintos,
295 e posteriormente colocamos em votação.” Conselheira Polyana Faria Pereira:

296 “Aproveitando a fala do deputado Noraldino sobre o sistema de controle de
297 acompanhamento de auto de infração, eu gostaria de colocar o Ibama à
298 disposição. Nós possuímos esse sistema, que precisa também ser aperfeiçoado.
299 Se a SEMAD quiser, nós estamos à disposição para apresentar o nosso sistema,
300 inclusive mostrando as falhas e possíveis aperfeiçoamentos. Há poucos anos,
301 entrou em vigor o auto de infração eletrônico, que se inseriu dentro desse sistema
302 também. E esse sistema engloba tanto as partes do auto de infração quanto do
303 julgamento e da cobrança dos autos de infração. É um sistema único que engloba
304 essas três partes. Eu gostaria de disponibilizar nosso conhecimento e nos colocar
305 à disposição, se vocês tiverem interesse de conhecer os nossos sistemas e, a
306 partir daí, aperfeiçoar o de vocês também. Outro ponto que eu gostaria de abordar
307 é a questão da Samarco, da retomada das atividades. Recentemente, nós
308 recebemos no Ibama a solicitação para autorização de supressão de vegetação,
309 que é competência do Ibama atualmente, e nós recebemos pressão de vários
310 setores para que isso seja feito da forma mais célere possível. Então eu gostaria
311 de informar a todos em que pé está essa análise hoje. Pela nova instrução
312 normativa do Ibama, que saiu em fevereiro/março deste ano, a Instrução 9/2019,
313 os prazos para o Ibama analisar os pedidos de autorização de supressão de
314 vegetação encaminhados pela SEMAD são de 30 dias para o check list após o
315 protocolo e, posteriormente, 90 dias para o parecer final, depois do check list. Nós
316 finalizamos a parte do check list, encaminhamos um ofício à SEMAD apenas com
317 a pendência de uma nova exigência da instrução normativa para que haja um
318 cadastro de servidores no novo sistema do Ibama, em que são cadastradas as
319 áreas passíveis de supressão de vegetação. Eu acho que isso já está sendo
320 providenciado pela Secretaria, e posteriormente vamos seguir para a fase,
321 especificamente, da análise. Eu acredito que muitos aqui tenham interesse em
322 saber como anda isso. E informar também que nós vamos ser bastante criteriosos
323 na análise porque, nessa conjuntura, não dá para deixar passar coisas que não
324 deveriam passar. Então vamos analisar, vamos nos ater à nossa competência,
325 que é de autorização de supressão de vegetação, e não entrar na questão do
326 licenciamento, que é competência da SEMAD.” Presidente Anderson Silva de
327 Aguilar: “Só para deixar esclarecido, nós estamos falando, nesse caso, da
328 anuência à autorização dada pela SEMAD, que é competência do Ibama, dada
329 pelo Decreto Federal 6.680/2008.” Conselheira Polyana Faria Pereira:
330 “Exatamente.” Conselheiro Paulo José de Oliveira: “Eu queria só registrar o que
331 observei no noticiário, na internet, que publicado no dia 13 de maio, pela
332 Assembleia Legislativa, uma das audiências que são realizadas lá, corroborando
333 aquela colocação que eu fiz na CNR (127ª reunião, de 27/2/2019) referente aos
334 nossos posicionamentos aqui enquanto conselheiros. É lógico que existem as
335 posições antagônicas dentro do Conselho de Política Ambiental, mas nós, como
336 preservacionistas, temos nossa posição e fomos criticados. E me deixa triste
337 quando eu vejo a notícia desse tipo, da Assembleia Legislativa, em relação ao
338 Conselho. Então eu acredito que todos os conselheiros que não leram devam ler,

339 e nós repensarmos a nossa posição. Lógico e evidente que não é só essa, há
340 outras notícias, mas eu chamo atenção aqui, para quem não leu, é bom que leia,
341 para que possamos pensar melhor aqui a atuação do conselheiro nas instâncias
342 do COPAM. Notícia da Assembleia Legislativa de 13 de maio de 2019.” Presidente
343 Anderson Silva de Aguiar: “Só para fazer uma referência, trata-se do depoimento
344 dos conselheiros da CMI referente à CPI do desastre de Brumadinho. Perfeito,
345 registrado.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Em primeiro lugar, eu
346 gostaria de elogiar o trabalho à frente da Comissão de Meio Ambiente, em
347 particular na questão da estruturação do Estado, na defesa da Secretaria de Meio
348 Ambiente. É o que eu estou vendo acontecer aqui hoje com os pedidos das
349 moções. São questões antigas e muito necessárias. Em segundo lugar, essa
350 questão da prescrição intercorrente, que, a meu ver, é uma questão muito
351 relevante. É uma questão que eu levantei aqui no COPAM logo que entrei, há dois
352 anos, e eu enxergo como fundamental para permitir essa estruturação do Estado.
353 Inicialmente, eu tinha achado muito estranha a posição da Secretaria, contrária, e
354 depois eu entendi do que se tratava. No meu posicionamento, eu entendo que
355 nem dependeria de lei, bastaria aplicar as federais, que hoje, por exemplo, para o
356 Ibama, já se aplicam sem maiores consequências, com a prescrição de três anos.
357 Apesar de ter uma grande consequência de que os processos não ficam parados.
358 E a AGE, reiteradamente, sem nenhuma surpresa, defende que não se pode
359 aplicar no Estado porque não há lei estadual que defina. Então apareceu esse
360 projeto de lei na Assembleia. Depois eu entendi, há uma promessa de que o
361 governo vai trazer uma outra proposta nesse sentido e parece que talvez aquela
362 fosse produzir algum atropelo, apesar de que eu, particularmente, achava que
363 estava com bastante segurança. Mas o ponto fundamental dessa questão, o ponto
364 de fundo do debate, é que se olharmos para os órgãos fazendários, como a AGE,
365 como a própria Fazenda, que antes fazia cobrança, e tem prescrição desde
366 sempre – lá é de cinco anos –, eles não têm problema com isso. Na verdade, ao
367 contrário, o governo, dado o senso de urgência que ele tem, em primeiro lugar
368 aporta recursos lá. E, no sentido inverso, o primeiro lugar que desmontaram na
369 SEMAD foi a fiscalização. Por quê? Porque um auto parado é um auto que não
370 produz efeitos. E nós temos um estoque infinito de autos de infração, que
371 precisam ser saneados, e é horrroso chegar à CNR e julgar em 2019 um
372 processo de 2003. Que utilidade isso teve? ‘Ah, mas tem muito recurso.’ Não tem.
373 Nós temos duas instanciazinhas curtas, de julgamento rápido. O negócio é que
374 não tem ninguém, o governo não disponibilizou ninguém para trabalhar essas
375 questões e passou da hora de disponibilizar. Agora, tem um pouco de esforço da
376 Secretaria, mas longe de cumprir com o indispensável. E nós não podemos ter a
377 ilusão de que, em uma situação de absoluto conflito por falta de recursos em que
378 nós estamos, o governo vá disponibilizar o recurso primeiro, para a urgência vir
379 depois. A urgência vai ter que vir na frente, e o recurso vem atrás. Porque aí
380 também, na hora em que se coloca para uma alta autoridade que vai ter um monte
381 de gente sendo autuada por improbidade administrativa, porque não tem carga de

382 trabalho, a pessoa tem que se virar para fazer chegar a mão de obra necessária.
383 É muito nisso que enxergamos a eficiência como norma de repetição obrigatória,
384 impulso oficial, pôr o Estado para rodar. Então entendo que foi uma linha que
385 estava desalinhada com o governo e acho fundamental que o governo coloque
386 logo a sua proposta. Junto com isso, têm que se construírem os recursos para
387 amparar a SEMAD nesse processo. O auto de infração ambiental é um
388 instrumento fundamental, muito mais que de penalização, mas de educação. E aí
389 é uma coisa que temos que enxergar: se a Samarco não tivesse tido a visibilidade
390 que teve, o processo dela estaria completando hoje quatro anos, como todos os
391 outros de autuaçõeszinhas pequenas, como aconteceu naquela época.
392 Simplesmente porque os passivos de autuações continuaram crescendo, e nós
393 vamos mexer nele é do fundo para o começo. Então essa figura da prescrição, na
394 minha leitura, é o único elemento capaz de chamar a atenção necessária e
395 suficiente para que segmento da SEMAD tenha a estrutura adequada e
396 necessária para cumprir com suas obrigações. Agora, uma outra questão. Eu já
397 ouvi falar muita bobagem sobre a questão de segurança hídrica de Belo
398 Horizonte. Fico surpreso porque hoje aqui eu não ouvi bobagem, acho que foi a
399 primeira vez que vi manifestações mais estruturadas a esse respeito, em
400 particular, do colega do CRBio com uma constatação que eu tinha comigo há
401 muito tempo e talvez não tenha levantado. Não é que a Copasa faltou ter atenção,
402 a Copasa deliberadamente não quis fazer o planejamento de investimento e não
403 quis fazer investimento, ela quis gastar e pôr para render a estrutura que ela tinha.
404 E hoje nós temos uma consequência cara por isso. Nesse particular, eu acho que
405 a colocação da Dra. Andressa vai muito bem. Não é que a Vale seja responsável
406 por isso, ela causou uma urgência, e pela urgência ela vai ter que responder.
407 Agora, eu acho que temos oportunidade extraordinária, especialmente porque hoje
408 nós temos dentro da mesma Secretaria o IGAM e a Agência Reguladora de
409 Saneamento, com a convergência necessária, inclusive com a Vale, o setor
410 minerário e outros setores, para produzir um planejamento sério, para cobrar da
411 Copasa os investimentos que ela precisa fazer para ter os seus rendimentos, a
412 que ela se recusa sistematicamente. E distribui dividendos para os acionistas,
413 enquanto não investe. Essa solução de jusante eu nunca tinha nem vislumbrado,
414 sempre imaginei a montante para perenizar o curso e tal. Mas não deixa de ser,
415 de certa maneira, assombroso que a capital tenha tanta água disponível próxima
416 que a captação mais relevante é a fio d'água, não precisou abrir barramento.
417 Agora, deu essa sorte, aproveitou da sorte e deixou a sorte andar, não quis fazer
418 um investimento. E tem esse negócio, a água é localizada, a do oeste não anda
419 bem no leste, que não anda bem no norte. A água tem que estar perto. Então eu
420 acho que aqui, na hora em que temos uma situação de quase, nós temos uma
421 chance e uma oportunidade muito interessantes de construir essa convergência,
422 construir um planejamento sério para além dessa ilusão 'não podemos ter mais,
423 não vamos ter mineração'. Nós vamos ter mineração, a única coisa que temos
424 aqui é mineração. Como nós vamos conciliar isso de uma maneira inteligente?

425 Então eu acho que é fundamental aproveitar essa oportunidade, sensibilizar e
426 construir essa convergência do setor mineral, da Copasa e do governo do Estado
427 para construir esse planejamento e aí, sim, para segurança, ter alternativa, se der
428 acidente, como é que faz e como é que não faz.” Conselheiro Noraldino Lúcio
429 Dias Júnior: “Foi muito bom estar aqui, Adriano, para escutar as suas colocações.
430 Você é uma pessoa por quem eu tenho muito respeito, muita admiração, pelo seu
431 conhecimento técnico, pela sua postura. Eu só queria chamar atenção ao
432 seguinte. Eu acho que você tem toda razão, mas não fosse o rompimento de
433 Brumadinho nós teríamos uma visão, e eu acho que é uma visão que nós temos
434 que controlar, que é uma visão do setor, de os órgãos ambientais serem
435 instrumentos de empecilho ao desenvolvimento econômico. Hoje, nós temos visto
436 grande parte dos gestores entenderem que os órgãos ambientais têm essa
437 função. E nós temos aqui um papel importante de mostrar que os órgãos
438 ambientais têm outro papel. Com relação à questão da prescrição intercorrente,
439 eu acho que nós temos que caminhar das duas formas, simultaneamente.
440 Aconteceu isso na reforma administrativa. O governador mandou para a
441 Assembleia Legislativa a reforma administrativa, e, dentro da reforma
442 administrativa, havia também um corte linear de recursos na Secretaria de Estado
443 de Meio Ambiente e de recursos de pessoal em todas as Secretarias. Eu me
444 empenhei pessoalmente e consegui mobilizar grande parte dos deputados para
445 mostrar o prejuízo que a Secretaria de Meio Ambiente e o meio ambiente do
446 Estado iriam sofrer com esse corte. E nós conseguimos – volto a dizer, no
447 ambiente propício –, ao invés de cortar, ser a Secretaria de Meio Ambiente uma
448 das únicas a serem contempladas, mesmo com a dificuldade financeira, com
449 aumento de cargos disponibilizados para a Secretaria. Eu fiz até uma proposta
450 para o secretário da Fazenda, e acho que essa morosidade atrapalha também o
451 contribuinte, o contribuinte infrator – seja chamado da forma que for. Mas eu
452 sugeri o seguinte: primeiro, cessar a correção monetária e os juros a partir do
453 segundo ano; interromper; e essa correção e esses juros voltam a ser contados
454 somente após o auto de infração ser processado. Mas nós não podemos perder
455 essa oportunidade da reestruturação do nosso sistema. São milhares e milhares
456 de multas, que também vão trazer recursos, tanto para o Estado quanto para a
457 Secretaria de Meio Ambiente, para desenvolver não só o trabalho de fiscalização,
458 mas trabalhos positivos dentro das diversas áreas do Sisema. E aí eu pensei, uma
459 ideia inicial, e acredito que não tem retorno, a taxa de recursos minerários vai
460 voltar para o Sisema e pode também ser a solução para o fortalecimento do setor
461 de processos de auto de infração, já que a taxa de licenciamento é para ser
462 utilizada no poder de polícia da Secretaria de Estado e do Sisema. Eu não
463 desenvolvi ainda, a Secretaria de Estado e todos nós aqui temos condições de
464 sugerir para que a Secretaria possa avaliar, para que parte desse recurso também
465 seja utilizada para fortalecer e para resolvermos um problema que há décadas
466 atrapalha o Sistema Estadual e corrobora para práticas de infração aos processos
467 a questões ambientais. Então eu quero agradecer e deixar à disposição a

468 Comissão de Meio Ambiente e vou, sim, lutar para que os órgãos tenham mais
469 estrutura e para que possamos fazer essa balança, que é muito difícil, que é a
470 conciliação entre o desenvolvimento econômico, a sustentabilidade e o meio
471 ambiente, os interesses ambientais. Mas acho que, se todos nós trabalharmos
472 imaginando que temos um futuro, temos filhos, netos que irão precisar dos nossos
473 recursos naturais, essa balança pode ser equilibrada, e nós temos um papel
474 fundamental nessa luta.” Presidente Anderson Silva de Aguiar: “Só fazer um
475 registro. A Polyana, superintendente do Ibama, colocou à disposição o sistema de
476 autos de infração feito pelo Ibama, e eu vou levar ao subsecretário de
477 Fiscalização, Dr. Robson, e já ficamos agradecidos, em nome do Sisema, pela
478 cooperação do órgão federal.” Conselheiro Alírio Ferreira Mendes Júnior: “São
479 dois informes do Crea/Minas. O primeiro é um convite a todas as instituições. Nós
480 vamos apresentar um panfleto do 18º Prêmio Crea Goiás de Meio Ambiente. É um
481 prêmio em sua 18ª edição, e neste ano o Crea Minas Gerais está participando
482 como correalizador do evento, um prêmio que conta com apoio da ONU e do
483 Pnud. Têm algumas modalidades, e o cadastro dos projetos é realizado pelo site.
484 Qualquer dúvida sobre esse prêmio, eu estarei à disposição. E o segundo ponto é
485 só relatar aos conselheiros uma reunião que tivemos na SEMAD, com o Anderson,
486 a respeito do registro profissional e das ARTs de cargo e função, da
487 obrigatoriedade das ARTs nos laudos da Secretaria. Foi muito produtiva, e nós
488 estamos seguindo com esse assunto.” Conselheiro Felipe Magno Parreiras de
489 Sousa: “Como vai sair um documento oficial do COPAM a respeito dos pedidos do
490 deputado Noraldino, só esclarecer que não existe ilegalidade hoje na aplicação da
491 taxa de fiscalização minerária. A taxa está sendo aplicada integralmente no
492 Sisema, pelo que a lei exige, mas existe hoje vigente dentro do orçamento em
493 Minas a Emenda Constitucional 93, da União, que permite desvinculação de parte
494 dessa receita, que é a única parte dela que está sendo aplicada fora do Sisema.
495 Então, como vai sair um documento oficial do COPAM, talvez seja importante
496 tomar cuidado com os termos, porque hoje, por parte do governo, não existe
497 ilegalidade nessa aplicação. O que talvez aconteça é a não aplicação na
498 totalidade, mas o que está sendo aplicado está sendo aplicado integralmente
499 dentro do Sisema.” Presidente Anderson Silva de Aguiar: “Eu acho que durante o
500 momento em que for feita a leitura da moção nós podemos verificar se o texto está
501 em conformidade e ainda, se restar algum outro ponto, pode ser trazida pela
502 Secretaria de Fazenda ou pela própria Seplag a resposta à moção depois em uma
503 próxima reunião.” **MOÇÕES APROVADAS**. 1) O Plenário do COPAM aprovou por
504 maioria, nesta sessão, moção nos seguintes termos: “Que a Secretaria de Estado
505 de Planejamento e Gestão (Seplag) e a Secretaria de Estado de Fazenda (SEF)
506 se articulem com a finalidade de garantir recursos para que a Secretaria de
507 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) conduza o
508 desenvolvimento de um sistema de processamento de autos de infração. Voto
509 contrário: Seplag. Justificativa de voto contrário. Conselheiro Felipe Magno
510 Parreiras de Sousa: “Eu acredito que vale uma discussão de priorização interna

511 da SEMAD dentro dos limites que já foram definidos para a execução de custeio
512 dentro do ano. Então eu acho que isso talvez seja algo ainda anterior a se abrir
513 uma discussão por um aumento e garantia de novos recursos para elaboração do
514 sistema.” 2) O Plenário do COPAM aprovou por unanimidade, nesta sessão,
515 moção nos seguintes termos: “Que a Secretaria de Estado de Fazenda (SEF)
516 repasse os recursos referentes à Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização
517 das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos
518 Minerários (TFRM) na sua integralidade para o Sistema Estadual de Meio
519 Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema), em conformidade com a Lei Estadual nº
520 22.796, de 28/12/2017.” Foram registradas abstenções da Setop e da Seplag. **4)**
521 **EXAME DA ATA DA 180ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 180ª
522 reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada em 13
523 de março de 2019, com as seguintes alterações: – Linha 1.062, onde está escrito
524 “muito dita muita”, lê-se “muito dita”; – Linha 1.486, corrigir a grafia da palavra
525 “barragens”; – Linha 1.893, onde está escrito “reunião da CNR”, lê-se “reunião do
526 COPAM”. A Presidência registrou as seguintes ausências durante a votação:
527 Seapa, Seda, Secir, SEC, Arpemg, Kaluana, UFV, PUC, Ministério Público, ALMG,
528 ACMinas, Ponto Terra e Sedectes. **5) INDICAÇÃO DE 2 (DOIS)**
529 **CONSELHEIROS, SENDO 1 (UM) TITULAR E 1 (UM) SUPLENTE, PARA**
530 **COMPOR A COMISSÃO ESTADUAL P2R2 MINAS. Apresentação:**
531 **Subsecretaria de Fiscalização (Sufis/SEMAD).** Após apresentação pela SEMAD
532 das ações realizadas pela Comissão Estadual de Prevenção, Preparação e
533 Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Perigosos, nesta
534 sessão, o Plenário aprovou por unanimidade a indicação das seguintes entidades
535 para representar o COPAM na Comissão P2R2 Minas: Associação Brasileira de
536 Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), como titular; e Universidade Fumec,
537 como suplente. A Presidência registrou as seguintes ausências durante a votação:
538 Seapa, Seda, Secir, SEC, Arpemg, Kaluana, UFV, PUC, Ministério Público, ALMG,
539 Ponto Terra, Sedectes, Fiemg e SEE. **6) PRÊMIO NATUREZA GERAIS 2019 E**
540 **INDICAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO. Apresentação: Assessoria de**
541 **Educação Ambiental e Relações Institucionais (Assea/SEMAD).** O Plenário do
542 COPAM aprovou por unanimidade as seguintes entidades para compor a
543 comissão julgadora do Prêmio Natureza Gerais 2019: Instituto Brasileiro de Meio
544 Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis em Minas Gerais (Ibama/MG) e
545 Conselho Regional de Biologia 4ª Região (CRBio), como representantes do poder
546 público; e Associação Pró Pouso Alegre (APPA) e Universidade Fumec, como
547 representantes da sociedade civil. **7) PROGRAMA SOMOS TODOS ÁGUA.**
548 **Apresentação: Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM).** A diretora-geral
549 do IGAM, Marília Carvalho de Melo, fez apresentação ao Plenário do COPAM do
550 Programa Somos Todos Águas, um programa estratégico de revitalização de
551 Bacias Hidrográficas no Estado de Minas Gerais, que tem como objetivo
552 desenvolver ações integradas com a finalidade de conservação e recuperação da

553 cobertura vegetal e da biodiversidade, controle da poluição, uso racional da água
554 e a manutenção da quantidade e qualidade da água para garantia da segurança
555 hídrica. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD.
556 **Manifestações.** Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Parabéns, Marília. Eu deixei
557 para me pronunciar agora para não estender o debate inicial que foi posto, porque
558 já tinha essa pauta. Eu acho que a Abes não pode deixar de tratar do assunto.
559 Informar a todos que nós temos uma câmara temática dentro da Abes, uma
560 câmara que estuda a questão de perdas, combate às perdas no saneamento. Eu
561 vejo que tem essa preocupação o trabalho que você está fazendo e queria colocar
562 isso com a mesma importância. Porque se temos uma perda no sistema, admitida
563 de 35%, mais de um terço, e que, quando a Copasa se pronuncia, inclusive,
564 através de algumas diretorias, isso não é certeza porque a medição, a
565 macromedição não é confiável. Nós temos um grande problema e uma grande
566 necessidade de investimento ali e de regulação. Então a Abes se preocupa com
567 isso, têm dois anos que estamos estudando isso. Eu fui diretor de sistema geral
568 em Ponte Nova, recebi a cidade com 60% de perda, entreguei com 25% de perda.
569 Estou dizendo isso porque é possível fazer alguma coisa, e acho que temos que
570 trabalhar em cima disso, principalmente na regulação. Ou seja, a regulação deve
571 forçar esses índices e exigir resultados nesse sentido. É tão importante quanto
572 buscar reservação, captação etc., porque estamos falando de mais de um terço da
573 produção da captação de água desperdiçados no sistema. Então eu fiz questão de
574 colocar isso aqui porque é uma questão para cobrarmos das próximas
575 administrações. Eu acho que temos que olhar para frente. Tem muita coisa boa
576 que foi feita para trás e que tem que ser aproveitada, porque senão jogamos tudo
577 em terra arrasada, e não é isso. Eu acho que a fala do colega, que também tem
578 uma questão emocional de vida dentro de uma empresa que eu entendo muito
579 bem, mas acho que tem muita coisa boa produzida pelo Sistema, pela Copasa
580 que não podemos simplesmente jogar fora. Dizer que a Abes está trabalhando
581 também nas questões da nova legislação de regulação do saneamento no Brasil.
582 É um problema sério. Estamos caminhando para privatização total de todos os
583 sistemas, o que pode ser um perigo. Não que a Abes tenha qualquer coisa contra
584 a privatização no sentido de contra por ser contra. Nós queremos luta pela
585 universalização do saneamento com condições para todos, ou seja, condições
586 econômicas também para todos e que o sistema seja bem regulado para todos,
587 seja estatal ou privado. Portanto, está de parabéns. Eu acho que é um caminho, o
588 início, e com a agência de regulação vindo eu acho que é uma oportunidade de
589 forçar mais ainda nesse ponto, porque se não fica para trás mesmo. Tudo que é
590 investimento toda empresa – não é a Copasa, a empresa pública – terá
591 dificuldade de fazer e preferirá não fazer, para deixar para o futuro, porque isso
592 vira resultado do balanço deste ano, por exemplo. Nós sabemos disso, nós
593 dirigimos grandes empresas, e é assim mesma às vezes a visão de gestor. E nós,
594 com a visão ambiental e a visão dos recursos que temos disponíveis, temos que
595 trabalhar com planejamento ambiental da questão, porque senão nós vamos

596 entregar sede para as futuras gerações.” Marília Carvalho de Melo/IGAM: “Quando
597 falamos em colocar critérios de racionalização de uso na outorga, a outorga do
598 Sistema Cantareira, que abastece São Paulo, tinha como condicionante a redução
599 das perdas físicas pela Sabesp na região metropolitana de São Paulo. Então têm
600 alguns exemplos que nós estamos estudando, e a ideia é trazer isso dentro do
601 programa para uma nova concepção de segurança hídrica e de uso da água no
602 Estado de Minas Gerais. Mas isso está também no nosso radar porque realmente
603 30 a 40% de perdas nós acabamos de discutir aqui busca de alternativas de
604 novas fontes para abastecer a região metropolitana de Belo Horizonte. A primeira
605 coisa é reduzir as perdas.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Nós teremos um
606 seminário nacional de combate às perdas, em outubro, em Belo Horizonte, na
607 UFMG. Então é importante levar para lá, e a Abes que estar sempre contribuindo.
608 E temos a câmara temática, na qual você já foi convidada a participar. Está aberta
609 para contribuir.” Conselheiro Diogo Dias Gonçalves: “Eu queria também
610 parabenizar a Marília pela ótima apresentação, pelo trabalho que tem sido
611 desenvolvido e manifestar pela Fiemg algumas atividades que temos desenvolvido
612 em relação a água. Eu fiz três anotações e queria, rapidamente, comentar com os
613 senhores. Do levantamento da qualidade da água dos rios Velhas e Paraopeba,
614 nós utilizamos dados oficiais de monitoramento do Estado para verificar a
615 tendência durante os anos de monitoramento de qualidade dessas águas e a
616 responsabilidade do setor de indústria, que nós representamos. O estudo serve de
617 base para o planejamento da mobilização e sensibilização do empreendedor para
618 melhorar seu controle de efluentes. É uma das ações que a Fiemg tem
619 desenvolvido junto à indústria. Um outro ponto que eu queria comentar também é
620 a participação como parceira do CBH Velhas no programa Revitaliza Rio das
621 Velhas. E o terceiro e último é um programa de registro e controle do uso da água,
622 mais uma vez na atividade industrial, em parceria com a Ambev, na implantação
623 do software. Eu gostaria que os senhores tivessem ciência disso também.”
624 Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Eu queria elogiar também a colocação
625 do Rogério. Eu acho muito importante trazer essa lembrança. Claro que não é
626 desconsiderar o trabalho da Copasa. Na minha leitura, a empresa tem o acervo
627 técnico mais importante do Estado em termos de conhecimento técnico de
628 estruturação. E a sua fala me deu um insight, de novo, reforçando a importância
629 da convergência do IGAM com a Arsa e a estruturação da Arsa, que é uma
630 segunda agência de regulação para além do campo do meio ambiente, que muitas
631 vezes a decisão de acionista é essa, ele internaliza o resultado e externaliza os
632 custos sociais que esse resultado traz. Então para isso existem as agências
633 reguladoras e o próprio Sistema de Meio Ambiente, que temos que encarar como
634 uma grande agência reguladora de todos os assuntos, exatamente para que haja
635 moderação nessa externalização de prejuízos ou de impactos. Eu acho que o
636 momento é muito propício, temos a faca e o queijo na mão, para montar uma nova
637 perspectiva, uma nova realidade, para o modo como se encara a gestão dos
638 recursos hídricos no Brasil, seja ela pública ou privada. Aliás, nem no Brasil, o

639 importante para nós aqui é Belo Horizonte, essa que eu gostaria de ver melhor
640 resolvida do que temos hoje, seja ela pública ou privada. Eu não vou entrar nesse
641 debate, mas é fundamental que tenhamos processos regulatórios claros e
642 condições de cobrar os investimentos necessários.” Conselheiro Rogério Pena
643 Siqueira: “O conselheiro Adriano me instigou a falar sobre um tema que parece
644 não estar ligado à internalização dos resultados e à internalização dos prejuízos,
645 mas está. Eu vou falar de novo de aterro sanitário, que é o caso. Ou seja, os
646 aterros sanitários entregam para as futuras gerações os custos de ambientes que
647 não poderão ser utilizados, que terão que ser mantidos por no mínimo cem anos.
648 Por isso eles têm um custo atual presente muito baixo em relação às outras
649 tecnologias para tratamento de resíduos. E por fim, como a Abes colocou no seu
650 manifesto do rompimento da barragem de Brumadinho, os aterros sanitários são
651 estruturas feitas com alteamento a montante. São tão perigosos quanto as
652 barragens. Se não forem bem operados e bem mantidos depois de encerrados,
653 eles têm a possibilidade de causar os mesmos ou maiores danos ambientais,
654 sociais e para a água.” **8) PROGRAMA DE CONCESSÃO DE PARQUES**
655 **ESTADUAIS. Apresentação: Instituto Estadual de Florestas (IEF).** O diretor-
656 geral do IEF, Antônio Augusto Melo Malard, apresentou ao Plenário do COPAM o
657 Programa de Concessão de Parques Estaduais (PARC), coordenado pelo IEF, em
658 parceria com a SEMAD, a Secretaria de Estado de Turismo e a Secretaria de
659 Estado de Transportes e Obras Públicas, com o objetivo de realizar transferência
660 de gestão da visitação pública nas unidades de conservação do Estado de Minas
661 Gerais. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD.
662 **Manifestações. Conselheira Alcione Silva**: “Eu gostaria só de um esclarecimento.
663 Quando se fala em concessão dos parques, eu fico pensando na questão da
664 visitação das pessoas menos favorecidas. Porque, quando vemos toda a
665 apresentação, está muito ligada à questão do Turismo. Nós entendemos e
666 percebemos muito claramente que no Brasil o turismo não está voltado para nós,
667 brasileiros. As cidades turísticas normalmente não contemplam a grande parte da
668 população. Então quando eu vejo esse posicionamento em relação aos parques
669 me vem muito a preocupação se nós não estaremos, de fato, excluindo essa
670 parcela da população de ter acesso. Quanto a essa questão da concessão, talvez
671 não seria mais interessante uma interface entre o IEF e a Secretaria de Turismo
672 no sentido de organizar esse processo? Eu entendo que há falta de recursos e
673 uma série de questões postas, mas a minha preocupação está totalmente voltada
674 para esse público que, de fato, não participa, não conhece, não tem acesso a toda
675 essa beleza que você acabou de mostrar que nós temos no Brasil, principalmente
676 em Minas Gerais, e que não chega a grande parte da população. Se está previsto
677 nessa discussão esse atendimento a esse público e de que forma vocês estariam
678 pensando nisso. Outra questão é se já está em execução, uma vez que você
679 colocou que são três passos, e quantos anos seriam dados de concessão para
680 essas empresas.” Antônio Augusto Melo Malard/IEF: “Hoje já existe uma
681 cobrança, um ingresso para as nossas unidades de conservação que são abertas

682 a visitação, porque não tem como o Estado não cobrar o serviço e manter uma
683 unidade sem ter uma cobrança de ingresso. Isso é algo que acontece não só aqui,
684 em todo o país e no mundo inteiro. Não tem como, infelizmente, o Estado bancar
685 uma unidade, além do mais as unidades de conservação que são tão extensas,
686 sem ter o mínimo de um recurso de uma bilheteria. Com o programa, não quer
687 dizer que nós teremos um aumento do valor da bilheteria. É bem possível que não
688 isso não aconteça. Mas que, dentro da unidade de conservação, dependendo do
689 serviço ofertado, que esse serviço seja cobrado. Então seria algo além, ou seja,
690 para fazer com que todos os públicos possam acessar a unidade de conservação.
691 Isso também é um modelo que já ocorre no mundo inteiro, desde os países
692 subdesenvolvidos, em desenvolvimento até os mais desenvolvidos. Para oferecer
693 um serviço de maior qualidade, necessariamente precisa haver uma cobrança,
694 senão não haverá interessados. Então por mais que fosse o ideal, o sonho, o
695 Estado bancar isso, é impossível, nem os países desenvolvidos conseguem fazer.
696 Em qualquer lugar do mundo, há uma cobrança de bilheteria, algumas vezes,
697 bilheteria cara, e outros modelos têm bilheteria mais barata, mas com oferta de
698 serviços pagos dentro da unidade. Até fora do regime de concessão, podem-se
699 fazer serviços isolados que já são terceirizados dentro da unidade de
700 conservação, como restaurante, serviço de tirolesa. Aí são permissões e
701 autorizações, não são concessões. Mas, para deixar claro, não existe ainda uma
702 previsão de aumento do valor de ingresso. Há uma boa chance de isso não
703 acontecer. Mas que se tenha pagamento pelos serviços ofertados dentro da
704 unidade. Esse é o modelo adotado no mundo inteiro. Não é possível de o Estado
705 bancar, ainda mais na conjuntura atual. Nenhum governo do mundo faz isso. Mas
706 haverá possibilidade de o público de menor renda acessar o parque, tendo em
707 vista o que já é feito atualmente. Infelizmente, atualmente, o que nós percebemos,
708 é que muitos dos visitantes vêm de longe das unidades, que até às vezes o
709 próprio público que mora na região próximo da unidade não usufrui dessa beleza,
710 e algumas vezes até quando não tem ingresso nas unidades, por exemplo, que
711 não têm portaria. Então isso vai favorecer também uma maior divulgação, maior
712 marketing para que todos os públicos possam acessar. Eu não entendi muito bem
713 a questão de a Secretaria de Turismo, junto com a gente, assumir tudo e bancar.
714 Seria isso?” Conselheira Alcione Silva: “Eu falo isso pela Educação, porque nós
715 temos as escolas e procuramos fazer esse trabalho com estudantes, de levar a
716 parques, uma série de atividades dentro dos municípios, mas percebemos que a
717 divulgação disso para a população é muito pouca, em termos da possibilidade de
718 acessar esse espaço público e usufruir. No caso do turismo, é muito nesse
719 sentido, da divulgação desses espaços, do que tem ali e do que essa população
720 pode usufruir não remunerado, uma coisa com que ela não deveria gastar. Como
721 você disse, hoje também se cobra ingresso. Se esse recurso também for
722 revertido, de certa forma, poderia suprir o que estava posto aí. Como você disse,
723 lá fora realmente são concessões e tal, só que existem também espaços abertos
724 gratuitamente para a população residente naqueles municípios que estão ligados,

725 conforme a concessão é feita, dentro dos critérios.” Antônio Augusto Melo
726 Malard/IEF: “Depende. Nos Estados Unidos, por exemplo, tudo é pago. Nos
727 parques, de maneira geral, na Europa, também. Parques são todos pagos.
728 Gratuitas, muitas vezes, são praças, pequenos parques urbanos. Mas em geral,
729 fora do país, tudo é pago também, inclusive, proporcionalmente, muito mais caro
730 do que aqui.” Conselheira Alcione Silva: “Igual acontece no Inhotim, tem um dia
731 em que é gratuito.” Antônio Augusto Melo Malard/IEF: “Isso é possível de se fazer,
732 inclusive, desconto para escola, estudantes. Isso tudo vai ser considerado
733 também e é possível que aconteça, assim como acontece no mundo lá fora
734 também. Em relação ao prazo das concessões, é de 25 anos, um prazo adotado
735 em nível de concessão para outras modalidades também. Mas pode ficar
736 tranquila, principalmente em relação à Secretaria de Educação. Inclusive, temos
737 que agendar uma reunião para tratar não só de parque, mas de inserir até na
738 grade curricular a questão da importância da educação ambiental nas nossas
739 unidades de conservação. Tráfico de animais, combate a incêndio, isso tudo é
740 importante a criança já saber desde o início da sua formação. E dentro do
741 programa e já nas unidades, atualmente, os próprios gestores da unidade já
742 fazem contato com todas as escolas próximas, e quase todas têm ações anuais
743 ou semestrais de visitas às nossas unidades de conservação. Isso já é um
744 cuidado que os gestores das unidades têm atualmente, e isso tende a ser
745 intensificado cada vez.” Presidente Anderson Silva de Aguiar: “Só salientando,
746 como já dito pelo Antônio Malard, a unidade continua sendo de responsabilidade
747 do IEF, então o conselho gestor, tudo aquilo que é deliberado pelo conselho
748 continua sendo feito pelo IEF. E tem um comitê que vai ser gestor desse programa
749 de concessão das unidades. Então aquilo que já é direito garantido para a
750 população que mora no entorno, aqueles programas que já existem, tanto de
751 educação ambiental ou de interface com a população que é daquela região, serão
752 mantidos. O programa de concessão é justamente para atingir aquele turista que
753 se desloca de longe, que tem interesse de conhecer o parque, para ampliar e dar
754 a esse turista a condição para que possa voltar à unidade.” Conselheiro Pedro
755 Calixto Alves de Lima: “A Secretaria faz parte desse comitê executivo não na
756 concepção hoje da Setop, mas para dar um suporte à infraestrutura do Estado.
757 Toda a agenda de concessões e parcerias do Estado está hoje lá na Secretaria, e
758 a ideia mais é reforçar aqui o tom de parceria da Secretaria, que estamos
759 apoiando. Desde a campanha, o governador Zema tinha trazido essa ideia de
760 fazer a concessão dos parques estaduais, ele citou isso algumas vezes. E a
761 importância de viabilizar mesmo. Nós vemos tanto turista brasileiro hoje indo ao
762 Parque Yellowstone, ao Parque Kruger, na África do Sul, e não conhece os
763 parques estaduais daqui de Minas Gerais, que estão aqui do nosso lado. Então eu
764 acho que a ideia é muito mais qualificar essa visitação. Até por ter sido integrante
765 da Secretaria de Meio Ambiente há até pouco tempo, isso me alegra muito,
766 porque enquanto superintendente de Tecnologia a gente sofria, por exemplo, para
767 comprar ingressos, só podia comprar ingresso em dinheiro, no dia, na hora, não

768 se consegue comprar com cartão, por um aplicativo. E são coisas que atraem o
769 turismo, viabilizam a visitação e, conseqüentemente, a preservação. Como você
770 estava falando até da população menos favorecida, eu acho que o acréscimo
771 dessa visitação, de promover a pujança econômica na região, isso vai trazer
772 também emprego e renda para a população local, principalmente aqueles menos
773 favorecidos também, que vão ter oportunidade de ter um trabalho em hotelaria, em
774 restaurantes. Enfim, toda a cadeia econômica que o turismo traz vai promover
775 pujança econômica na região e, conseqüentemente, trazer renda para a
776 população, que vai também poder usufruir desse atrativo turístico. Então eu acho
777 que há uma convergência de interesses de todos os setores, desde o setor
778 produtivo, o poder público, a sociedade local, para que isso seja feito. Nós vemos
779 que aonde foi feito deu supercerto. Então a Secretaria de Infraestrutura está aqui
780 para apoiar, porque é realmente uma bandeira que foi levantada e que
781 entendemos que vai trazer emprego, renda, preservação do meio ambiente, e com
782 toda essa conjugação de fatores todos só têm a ganhar, eu acho que não tem
783 ninguém a perder com isso. Então reforçar mesmo o apoio da Secretaria a essa
784 iniciativa e dizer que podem contar conosco.” Antônio Augusto Melo Malard/IEF:
785 “Esse programa só foi possível de acontecer justamente por uma integração, um
786 esforço de todo o governo e parceria com a Secretaria de Transportes e Obras
787 Públicas, a Secretaria de Turismo e a SEMAD. Inclusive, amanhã, nós temos uma
788 agenda – eu, o Pedro, o secretário Marco Aurélio –, em Ibitipoca, justamente para
789 verificar as possibilidades de melhoria de acesso ao parque, porque infelizmente
790 boa parte dos nossos parques têm acesso muito ruim, o que faz com que o
791 visitante acabe desistindo de visitar nossa unidade.” **9) A EFICIÊNCIA DO**
792 **LICENCIAMENTO AMBIENTAL NA AMPLIAÇÃO DAS REDES DE**
793 **MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR. Apresentação: Fundação**
794 **Estadual do Meio Ambiente (FEAM).** Flávio Daniel Ferreira/FEAM fez
795 apresentação ao Plenário do COPAM sobre a eficiência do licenciamento
796 ambiental na ampliação das redes automáticas de monitoramento da qualidade do
797 ar do Estado de Minas Gerais. Foi apresentada ainda a Resolução Conama nº
798 491/2018 / Novos padrões de qualidade do ar. O conteúdo das exposições foi
799 disponibilizado no site da SEMAD. **Manifestações.** Renato Teixeira
800 Brandão/FEAM: “Eu só queria fazer um comentário sobre a 491, que vem de uma
801 discussão muito antiga, como o Flávio falou. É uma norma que entendemos, pelo
802 que o Flávio apresentou, que trouxe ganhos reais para a questão da qualidade do
803 ar, trazendo novos parâmetros, mais restritivos, uma série de instrumentos que,
804 na grande maioria, ficaram para atribuição dos Estados fazer esse
805 acompanhamento desse monitoramento. Então entendemos que essa norma é,
806 sim, mais protetiva ao meio ambiente e traz um ganho, uma vez que nós tínhamos
807 uma regulamentação da década de 90, a 03/90, e que precisávamos trazer essa
808 melhoria. Ela tem uma previsão também de uma dinâmica diferenciada, em que a
809 medida que for evoluindo com a melhoria da qualidade do ar você pode ir
810 acionando esses novos padrões. Então é uma norma que foi construída também

811 para ser possível fazer uma discussão de uma evolução, buscando os valores da
812 OMS. Eu só queria deixar registrado que nós entendemos que essa é uma norma
813 que traz ganhos significativos para a gestão da qualidade do ar no Brasil como um
814 todo.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Parabéns pela apresentação. A
815 respeito desse assunto, quem acompanhou as discussões no Conama viu a
816 guerra que foi. Essa é a nossa preocupação. As tentativas de anulação de
817 votações que foram feitas, as notícias não corretas veiculadas na mídia, fora as
818 ameaças feitas a conselheiros do Conama. Isso nos preocupa muito em função da
819 função que um conselho tem e de uma certa soberania do voto nesses conselhos.
820 E essa tentativa toda para fazer com que os padrões da OMS já fossem utilizados
821 logo de cara ou com prazos muito mais exíguos, e o que se mostra no mundo
822 inteiro é que atualmente não há condição de cumprir. Então nós teríamos
823 problemas ainda muito mais sérios. Eu acho que um acerto dessa resolução do
824 Conama foi estabelecer esses prazos intermediários e dizer ‘se chegou ao P1 e
825 nós não conseguimos fazer, não vamos passar para o P2 ainda, porque senão
826 vem mais um problema por aí’. Então eu só queria deixar registrado que essa
827 situação nos preocupa, essa discussão tão pesada que foi no Conama.”
828 Conselheiro Felipe Magno Parreiras de Sousa: “Parabéns pela apresentação. Um
829 pouquinho sobre o que é competência da minha área, especificamente. Eu sou
830 subsecretário de Planejamento e Orçamento na Seplag, e lá dentro nós temos
831 uma diretoria que faz a gestão dos convênios de entrada do Estado e,
832 recentemente, estamos criando um banco de projetos do Estado, de diversas
833 áreas, para captação de recursos em todos os temas. E já conseguimos
834 identificar, principalmente no BID, algumas linhas de financiamento, algumas a
835 fundo perdido e tudo mais, muito relacionadas a esse tema de qualidade do ar.
836 Então é mais para deixar a equipe à disposição caso vocês tenham interesse de
837 ver quais são os procedimentos. Imagino que tenha algum tipo de custo envolvido,
838 mas, como o BID é um grande incentivador desse assunto, a equipe da Seplag,
839 da área de Orçamento, fica à disposição.” Renato Teixeira Brandão/FEAM:
840 “Realmente, a questão de qualidade do ar, de monitoramento, acompanhamento e
841 toda a gestão, é muito onerosa para o Estado. É muito importante, entende a
842 importância, mas traz custos muito altos. Mesmo para implementação dessa parte
843 da resolução, nós vamos contar mesmo com vocês da Seplag e buscar esses
844 apoios, essas parcerias para conseguir implementar e ampliar, como apresentado
845 pelo Flávio, no esforço feito pela gerência e pela FEAM, o quanto o Estado já
846 evoluiu nesses últimos anos com relação ao monitoramento da qualidade do ar. E
847 a pretensão é cumprir o que está na resolução, ampliar essa malha. Não quer
848 dizer que vamos ter o Estado todo, nós já discutimos isso. Temos que monitorar
849 aonde tem problema. ‘Está com febre?’ ‘Não estou, porque não tenho sintomas de
850 febre’. Então não precisa estar monitorando o tempo inteiro, vamos ter
851 indicadores. E essas áreas onde tem um comprometimento da qualidade do ar ou
852 eu tenho dúvidas sobre essa questão é que eu vou monitorar. Não temos o
853 objetivo de ter o Estado todo monitorado, nós temos que monitorar,

854 especificamente, aqueles locais onde conhecemos que tem fontes efetivas. Mas
855 entendemos que podemos ampliar, e temos que ampliar um pouco essa rede de
856 forma geral. Nós vamos precisar mesmo da Seplag, agradeço a predisposição de
857 conversar. E o intuito também de trazer essa discussão aqui é justamente para
858 colocar e desmistificar algumas coisas que foram ditas. A norma com que estamos
859 trabalhando, o trabalho que vimos fazendo, o que foi feito no Conama, não temos
860 dúvida de que traz um ganho significativo para o Brasil, para a gestão da
861 qualidade do ar como um todo, e traz regras e controles bem específicos, bem
862 rigorosos, que vão trazer todo um arcabouço legal para tomada de decisão, no
863 futuro, de evolução nesse sentido. Disso não temos dúvida.” **10) RESOLUÇÃO
864 CONAMA Nº 491/2018. NOVOS PADRÕES DE QUALIDADE DO AR.
865 Apresentação: Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM).** Flávio Daniel
866 Ferreira/FEAM fez apresentação ao Plenário do COPAM sobre a Resolução
867 Conama nº 491/2018 / Novos padrões de qualidade do ar. As discussões foram
868 registradas no item 9 da pauta, que foi tratado conjuntamente com o item 10 nesta
869 sessão. **11) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o
870 presidente suplente Anderson Silva de Aguiar agradeceu a presença de todos e
871 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

872
873 **APROVAÇÃO DA ATA**
874
875

876 **Anderson Silva de Aguiar**
877 **Presidente suplente do COPAM**